

O JAPÃO, PEARL HARBOR E A SAGA DO ALMIRANTE KIMMEL

Parte XVII

- A história do Almirante Kimmel
- Informações sonegadas e seus significados

“É melhor ter informações inaproveitáveis do que nada conhecer.”

Sêneca

HUSBAND KIMMEL

Almirante (USN)

Tradução e adaptação: MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

Do tradutor

Os anos passavam e o Almirante Husband Edward Kimmel não desistia de sua luta na defesa de sua honra e de uma impecável e longa carreira na Marinha. Somente uma profunda convicção de que agira corretamente poderia sustentar seu empenho na busca da justiça para a revisão do procedimento contra ele adotado e restituir-lhe a quarta estrela que perdera, ao ser sumariamente passado para a reserva, sem ter tido sequer a oportunidade de responder à corte marcial, quando, por lei, ser-lhe-ia dado o direito de defesa.

Ao concluir seu livro, em outubro de 1954, havia conseguido amealhar fatos da maior importância em prol da sua verdade. Porém morreu sem conseguir seu intento. Sua luta foi continuada por filhos e netos.

Mas a chama do interesse da verdade sobre Pearl Harbor nunca foi apagada, graça ao interesse de historiadores e pesquisadores americanos. Ainda hoje causa preocupação.

Contudo, apesar de todo esse esforço, a maior parte das mensagens interceptadas, decifradas e traduzidas, transmitidas pela Marinha Imperial do Japão continuam lacradas nos cofres dos arquivos secretos, na esperança de que caiam no esquecimento da opinião pública. À medida que avança na narração dos fatos que, no seu julgamento, optou por pertinentes, o Almirante Kimmel conduz o leitor ao convencimento de que ele foi vítima de uma conspiração emanada de Washington.

Voltemos ao que Kimmel nos tem a relatar.

SUMÁRIO

Acordos políticos secretos

Promessas secretas de apoio armado aos ingleses

Garantias defeituosas (Faulty assurances)

Supressão de evidências

Interceptações japonesas

Os arquivos da Casa Branca

O projeto do Senador Thomas

Comunicações importantes

Três incidentes: um sumário

CMG Safford e Almirante Pye

Por que a esquadra permaneceu indefinidamente no mar

Uma estranha testemunha

“O Japão foi provocado a atacar a América em Pearl Harbor. É um travesti da história dizer que a América foi forçada a entrar na guerra.”

Oliver Lyttelton, ministro da Produção da Inglaterra, em 1944.

ACORDOS POLÍTICOS SECRETOS

Promessas secretas de apoio armado aos ingleses

Em Pearl Harbor, poucas horas depois do ataque japonês, um despacho do comandante-em-chefe da Esquadra da Ásia endereçado ao comandante de Operações Navais, com informação ao comandante-em-chefe da Esquadra do Pacífico, foi-me entregue. Esse despacho estabelecia: “Procedente de Cingapura nós asseguramos aos britânicos o apoio armado sob três ou quatro eventualidades. Não recebi instruções suas a respeito.”

Em 1944, eu pessoalmente perguntei ao Almirante Hart* sobre essa mensagem, particularmente sobre a natureza das eventualidades nela referidas. Ele respondeu-me que as eventualidades eram inconseqüentes e tinham a ver com detalhes sobre a entrega de destróieres aos ingleses; que havia perdido seus arquivos quando o *Houston* afundou e que não tinha cópia do despacho procedente de Cingapura.

Quando questionado, em fevereiro de 1946, pelo comitê conjunto do Congresso sobre esse assunto, o Almirante Hart declarou que recebeu o despacho nos primeiros dias de dezembro de 1941 do Capitão-de-Mar-e-Guerra John Creighton, observador naval americano em Cingapura, que relatava que o Marechal-do-Ar da Inglaterra Brooke Popham havia sido orientado por Londres que em certas eventualidades, que ele não conseguia relembrar, os britânicos haviam sido assegurados do nosso apoio armado. O Almirante Hart também declarou que seus arquivos haviam sido perdidos e que o único caminho seria o próprio CMG Creighton.

O CMG Creighton relatou perante o comitê conjunto do Congresso que, depois de o Almirante Hart haver testemunhado, ele, Creighton, procurou Hart e lhe disse que não poderia lembrar haver lhe entregue a mensagem em questão e que Hart respondeu-lhe: “Bem, você entregou-me, tudo bem, porque eu posso produzir uma cópia.”

Na manhã seguinte, Creighton obteve do gabinete de Hart uma cópia do despa-

* N.T.: Comandava a Esquadra da Ásia em 7 de dezembro de 1941.

cho enviado em 6 de dezembro de 1941, que transmito a seguir – Brook Popham recebeu sábado do Departamento da Guerra em Londres:

“Recebemos a certeza do apoio armado americano nos seguintes casos a seguir: (afirm) nós sermos obrigados a executar nossos planos para prevenir o desembarque japonês no Istmo de Kra, ou revidar invasão dos ‘Nips’ em qualquer outra parte do Sião x x (Baker) se as Índias Holandesas forem atacadas e nós dermos suporte as suas defesas. x x (Cast) Se os ‘Japs’ atacarem x x Assim, sem autorização de Londres

ponha o plano em ação (primeiro) se tiver boa informação de que a expedição dos ‘Japs’ está se deslocando com a aparente intenção de desembarcar em Kra. (segundo) se os ‘Nips’ violarem qualquer parte da Tailândia (parágrafo). Se N.E.I. forem atacados, ponha em operação os planos acordados entre britânicos e holandeses.”

Este compromisso formal (cujo conhecimento foi omitido dos comandantes em Pearl Harbor) de apoio armado à Grã-Bretanha, no caso de determinados eventos em eventualidades específicas, aumentava muito (*enormously*) a probabilidade de os EUA serem atacados no caso de qualquer movimento hostil da parte do Japão. A eficiência do sistema de inteligência japonesa praticamente assegurava que eles tomariam conhecimento da promessa. Qualquer dúvida sobre atacar-nos simultaneamente com os ingleses e holandeses desaparecera.

Por outro lado, este acordo para oferecer suporte armado à Inglaterra tornava imperativo que o Japão seria induzido a disparar o primeiro tiro, de modo a convencer o povo americano de que o Japão fora o agressor e, em consequência, unir nosso povo no suporte à entrada da América na guerra. Ele também tornou fácil entender o sentimento de alívio do Sr. Stimson* de que a crise tinha vindo de maneira que uniria todo nosso povo.

Os comandantes em Pearl Harbor estavam colocados na impossível situação de serem responsáveis por acordos e consequências sobre os quais eles eram mantidos na ignorância.

Várias declarações do Sr. Stimson foram feitas dentro deste contexto.

Ele disse:

“Se a guerra vier é importante, do ponto de vista de unir nosso povo e também para o registro da história, que nós não sejamos colocados na posição de haveremos disparado o primeiro tiro; se isso puder ser realiza-

do sem sacrificar nossa segurança, é bom que o Japão apareça verdadeiramente como o real agressor.”

E ainda:

“A despeito dos riscos envolvidos, todavia, em deixar os japoneses dispararem o primeiro tiro, nós entendemos que para ter o completo suporte do povo americano é desejável estar seguro de que os japoneses sejam os únicos a fazer isto de modo a não restar qualquer dúvida em qualquer mente de quem tenha sido o agressor.”

Uma vez mais o Sr. Stimson estabeleceu:

Quando as primeiras notícias chegaram de que os japoneses haviam nos atacado, meu primeiro sentimento foi de alívio, pois a indecisão fora ultrapassada e a crise tinha chegado de modo tal que uniria todo nosso povo

* N.T.: – Sr. Stimson – Secretário da Guerra da administração Roosevelt.

“Quando as primeiras notícias chegaram de que os japoneses haviam nos atacado, meu primeiro sentimento foi de alívio, pois a indecisão fora ultrapassada e a crise tinha chegado de modo tal que uniria todo nosso povo. Este continuou a ser meu sentimento dominante, apesar das notícias de catástrofe que rapidamente se espalharam.”

Na tarde de 6 de dezembro, 1941, o Sr. Stimson solicitou e recebeu do Departamento da Marinha uma lista mostrando a posição de cada navio da Esquadra do Pacífico. Por que o Secretário da Guerra teria interesse em tais detalhes da Administração do Departamento da Marinha naquele momento nunca foi explicado.

O Sr. Stimson nunca compareceu perante a junta do Congresso para depor. Em vez disso foi submetido a um questionamento por escrito, elaborado pela maioria democrata no Congresso. Mesmo a essas questões, suas respostas estiveram longe de ser satisfatórias. Foi liberado de testemunhar, sob a desculpa de doença, de outubro de 1945 até maio de 1946.

Que o acordo com os britânicos existia e que Washington ocultou informações vitais é apoiado pelas palavras do Sr. Churchill na Câmara dos Comuns, reproduzidas nos “Private Papers of Senator Vandenberg” (p. 27). Sua reação à fala foi gravada em 27 de janeiro de 1942.

“Churchill falou à Câmara dos Comuns hoje. E nós aprendemos alguma coisa muito importante no que concerne aos EUA. Discutindo eventos que levaram à guerra no Pacífico, ele disse: ‘Qual era a probabilidade do teatro do Extremo Oriente ser envolvido por um ataque japonês? Explicarei como cuidadosamente caminhamos e quão penoso foi aquele instante – agia com muito cuidado a cada momento, pois não deveríamos estar expostos a enfrentar sozinhos esse ataque.’

Por outro lado, a probabilidade desde a conferência do Atlântico, quando discuti

esses assuntos com o Presidente Roosevelt, de que os EUA, mesmo se eles próprios não sofressem um ataque, entrassem na guerra no Extremo Oriente, e então asseguraríamos a vitória final, parecia aplacar algumas dessas ansiedades, caso as expectativas não fossem modificadas pelos acontecimentos’.”

Em outras palavras, Churchill disse que, quando se encontrou com Roosevelt na primeira vez – e redigiram a “Carta do Atlântico” –, ele falou com o Presidente sobre o fato de que a Inglaterra não poderia lutar sozinha no Extremo Oriente, e necessitava algum tipo de compromisso, evidentemente satisfatório para ele, de que os EUA entrariam na guerra contra o Japão, a despeito de o Japão nos atacar ou não. Em ainda outras palavras, nós havíamos sido levados a essa guerra pelo Presidente, antes de Pearl Harbor. Pearl Harbor meramente precipitou o que já estava “nas cartas”. Essa é a verdade, e indicava como ambos, o Congresso e o País, estavam totalmente ignorantes dos acordos para a guerra feitos pelo Presidente e nunca revelados.

Eu vi o texto completo do discurso de Churchill somente no New York Times... o senador Donahu, de Connecticut, colocou este material nos anais do Congresso para 28 de janeiro. Nenhuma publicação mencionou tal fato. Significaria isto que a censura estava agora a serviço para completar a tarefa de manter o povo na ignorância a respeito do que acontecia com ele?

E se as implicações das palavras de Churchill são válidas, não se constituiu em altíssima responsabilidade não ordenar Havaí a ficar em “alerta total” antes de Pearl Harbor? [itálicos e parágrafos como no livro do senador Vandenberg].

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Russell Grenfell, da Marinha Real, em seu livro *Main Fleet to Singapore*, publicado em 1952, escreve:

"Nenhuma pessoa razoavelmente informada pode acreditar que o Japão cometeu uma infâmia, um inesperado ataque aos EUA. Um ataque era não somente esperado, mas era então desejado. Está além de qualquer dúvida que o Presidente Roosevelt queria colocar seu país na guerra, porém, por motivos políticos, estava mais ansioso em assegurar que o primeiro ato de guerra viesse do outro lado; por esta razão ele foi aumentando a pressão sobre os japoneses, até o ponto em que nenhuma nação com respeito próprio suportaria sem recorrer às armas. O Japão foi levado pelo Presidente americano a atacar os EUA. Como Oliver Lyttelton, então Ministro de Produção britânico, disse em 1944, "o Japão foi provocado a atacar a América em Pearl Harbor. É um travesti da história dizer que a América foi forçada a entrar na guerra".

Garantias defeituosas (Faulty assurances)

Durante o tempo em que comandi a Esquadra do Pacífico, ouvi repetidas afirmações do comandante de Operações Navais, Almirante Stark, de que nosso governo estava tentando evitar um rompimento com o Japão, que a Alemanha era o inimigo a ser vencido e que nosso governo faria os maiores esforços para evitar a guerra em duas frentes.

Quando a administração fechou o canal* para os navios japoneses, congelou os bens japoneses nos EUA, além de outras restrições ao Japão, pareceu-me que com essas ações firmes estávamos evitando qualquer aparência de fraqueza e que elas funcionariam como fator deterrente à agressão japonesa.

* N.T.: - O Canal do Panamá.

Tivesse conhecimento, como os registros plenamente mostram, que de agosto até 7 de dezembro de 1941 a política da administração era a de entrar na guerra em consequência de um incidente no Pacífico, ou, como colocou o secretário Stimson, induzia o Japão a disparar o primeiro tiro sem muitas baixas para nosso lado, meu inteiro conceito da situação teria sido consideravelmente alterado. As mensagens japonesas interceptadas que foram negadas a mim também contradizem as afirmativas do Almirante Stark.

Aqui estão algumas das afirmativas que aparecem nas cartas a mim transmitidas pelo Almirante Stark:

10 de fevereiro de 1941.

"Continuo de todos os modos possíveis a lutar contra idéias ou disposições que nos envolveriam em duas frentes e na de permanecer na posi-

ção de não enviar mais navios para o Extremo Oriente."

25 de fevereiro de 1941.

"Pesquisas Gallup, editoriais, discussões no Congresso (e, acrescento, todas elas irresponsáveis) constituem uma maré crescente para ações no Extremo Oriente, se os japoneses atacarem Cingapura ou as Índias Orientais Holandesas. Isto não pode ser ignorado, e devemos ter em mente a possibilidade de ter que mudar para essa maré."

Extrato de uma cópia de um memorando para o Presidente, do chefe de Operações Navais, Almirante Stark, anexado à sua carta de 25 de fevereiro de 1941:

"Existe uma chance de que outros movimentos contra o Japão precipitarão as hostilidades em lugar de preveni-las. Não queremos dar ao Japão nenhuma desculpa

para que entre em guerra, no caso de sermos forçados a abrir hostilidades com a Alemanha, que todos nós consideramos nosso maior problema.

Se formos forçados a entrar na guerra, nosso esforço principal, como aprovado nesta data, será dirigido ao Atlântico contra a Alemanha. Nós deveríamos, se possível, não ser levados a uma guerra maior no Extremo Oriente."

3 de abril de 1941.

"Há algum tempo, o Japão tem mostrando cada vez menos inclinação para atacar os britânicos, holandeses e nós mesmos no Extremo Oriente.

Em consequência, a transferência de uma grande parte da Esquadra do Pacífico para o Atlântico pode ainda ser somente conjecturada.

A questão sobre nossa entrada na guerra agora parece ser **quando** e não **se**. Minha visão pessoal é que podemos estar na guerra (possivelmente não declarada) contra a Alemanha e a Itália em cerca de dois meses, porém há uma razoável possibilidade de que o Japão permaneça definitivamente fora."

19 de agosto de 1941.

"Se a Inglaterra declarar guerra ao Japão e nós o fizermos, eu suponho fortemente que seguiremos uma linha de ação semelhante àquela que adotamos no Atlântico como neutros."

23 de agosto de 1941.

Não quero dar a esperança de continuada paz no Pacífico, porém desejaria que o fio pelo qual ela continua suspensa não fosse tão fino."

22 de setembro de 1941 (extrato de cópia de uma carta para o Almirante Hart, a mim transmitida pelo Almirante Stark).

"O Sr. Hull* ainda não deu esperança de um acordo satisfatório para nossas diferen-

ças com o Japão. Possibilidades de tal acordo estão em meu julgamento, muito tênues."

23 de setembro de 1941.

"A situação no Pacífico geralmente é muito diferente daquela no Atlântico... Quanto mais pudermos manter a situação no Pacífico no *status quo*, melhor para a preocupação de todos."

17 de outubro, 1941.

"Continuaremos a envidar todos os esforços para manter o *status quo* no Pacífico. Por quanto tempo não sei, porém o Presidente e o Sr. Hull estão trabalhando nesse sentido."

5 de novembro de 1941 (extrato de uma cópia de um memorando para o Presidente, do chefe de Operações Navais e do chefe do Estado-Maior, enviado a mim pelo Almirante Stark).

"O chefe de Operações Navais e o chefe do Estado-Maior estão de acordo nas seguintes conclusões.

a) - O principal objetivo das duas nações** é a derrota da Alemanha.

b) - A guerra entre os EUA e o Japão deveria ser evitada, enquanto juntamos nossas forças defensivas no Extremo Oriente, até quando o Japão atacar ou ameaçar diretamente territórios cujas seguranças para os EUA são de muito grande importância.

Especificamente eles recomendaram que nenhum ultimato seja determinado ao Japão."

Deveria ser observado que, em 26 de novembro de 1941, nosso governo enviou uma nota para o Japão, a qual tem sido freqüentemente referida como um ultimato, e que o Sr. Stimson referia-se como a decisão do Sr. Hull de chutar tudo para o alto. As 14 partes da mensagem decodificada em 6 e 7 de dezembro de 1941, freqüentemente referida como uma declaração de guerra do Japão, foi uma resposta ao ultimato do Sr. Hull de 26 de novembro.

* N.T.: - Sr. Hull - secretário de Estado.

** N.T.: - EUA e Inglaterra.

O contido nesse ultimato foi-me omitido, embora testemunhos prestados nas investigações mostrassem que oficiais com responsabilidades no Departamento da Marinha acreditavam que a nossa nota de 26 de novembro seria a causa da imediata guerra com o Japão. A Junta de Investigação do Exército sobre Pearl Harbor concordou com esta opinião.

SUPRESSÃO DE EVIDÊNCIAS

Interceptações japonesas

No que foi publicado pela Roberts Commission em janeiro de 1942 e nos procedimentos gravados desta Comissão, dos quais eu recebi cópia em janeiro de 1944, havia vagas referências que indicavam que importantes, senão vitais, informações no Departamento da Marinha nunca haviam sido a mim transmitidas.

Quando obtive uma cópia da investigação Hart, observei que dela constava que o Capitão-de-Mar-e-Guerra Laurance F. Safford, da Marinha americana, havia prestado longo depoimento a respeito das mensagens interceptadas. Este seu testemunho, então, e subseqüentemente perante a Corte de Inquérito e o comitê conjunto do Congresso, é o mais corajoso, desinteressado e honesto e a mais clara declaração que eu jamais vi registrada ou ouvi ser apresentada. A mais brutal investigação sobre ele não o intimidou. O fato de que sua atitude fora ditada somente pelo seu senso de justiça e de sua integridade pessoal parecia incompreensível a certas mentes.

No verão de 1944, quando a Corte Naval de Inquérito estava conduzindo as instigações, o Almirante King, que então era o secretário da Marinha em exercício, autorizou o CMG Robert A. Lavender, um dos membros da minha assessoria legal, a inspecio-

nar os arquivos secretos que continham as traduções das mensagens japonesas.

O CMG iniciou sua inspeção na tarde do mesmo dia em que a permissão foi concedida e selecionou 43 mensagens, as quais copiou e autenticou nessa mesma tarde.

No dia seguinte, o General McNarney, então *deputy** do chefe do Estado-Maior do Exército, telefonou para o diretor das Comunicações Navais, protestou sobre a inspeção de Lavender e afirmou que ordens proibiam tal inspeção. O diretor das Comunicações Navais respondeu que não recebera essas ordens, logo após McNarney dizer que ele queria dizer que estas ordens proibiriam tais inspeções.

As cópias das mensagens não foram liberadas para o CMG Lavender, porém foram mantidas sob custódia do chefe das Comunicações Navais.

Nossa próxima etapa foi requisitar oficialmente ao presidente da Corte Naval de Inquérito que essas mensagens fossem colocadas em evidência perante a Corte.

O Departamento da Marinha recusou este pedido. A cada sessão da Corte, renovávamos nossa solicitação. Então escrevi uma carta para o secretário da Marinha e, após um intervalo de alguns dias, nós inquirimos seguidamente quando receberíamos uma resposta. Disseram-me então que minha carta havia se perdido e que eu deveria enviar ao secretário um ofício com uma cópia. Então escrevi outra solicitação, cujos três primeiros parágrafos eram cópia da original, e acrescentei um quarto parágrafo, que dizia: "(a) há dez dias entreguei pessoalmente ao Vice-Almirante Edward, *deputy* do comandante-em-chefe, a solicitação original; e (b) agora submeto essa mesma solicitação novamente, uma vez que fui informado de que a carta original havia sido perdida".

* N.T.: – *deputy*, a segunda mais importante pessoa em uma organização.

Entreguei esta segunda carta pessoalmente ao Almirante Edward, com a advertência de que não seria de bom alvitre perdê-la, porque a partir de então escreveria a mesma carta diariamente ao secretário da Marinha até que recebesse uma resposta. Enquanto ainda falava com o Almirante Edward, um secretário* trouxe minha carta original e entregou-a ao Almirante Edward, dizendo que acabara de encontrá-la.

Concluí por várias fontes que alguém informara à Corte o procedimento adotado sobre o envio diário de cartas ao secretário. Nossa única esperança de colocar os despachos selecionados em evidência foi a declaração que fiz a Lavender, na presença de todos aqueles que atendiam às sessões da Corte (porém fora das audiências), em que estabeleci que, se não nos fosse permitido introduzir essas evidências, eu convocaria uma coletiva com a imprensa e informaria aos jornais que informações vitais, essenciais à determinação da total responsabilidade sobre o desastre de Pearl Harbor, estavam sendo omitidas pela Corte Naval de Inquérito.

No dia seguinte à declaração, tivemos permissão de ter as evidências apresentadas perante a Corte.

Enquanto isso, o Exército chamou-me como a última testemunha a depor perante a Comissão de Inquérito do Exército. Ao final do meu testemunho, foi-me feita a pergunta de rotina, se eu tinha algo mais a dizer.

Então eu li para a comissão um memorando no qual enumerava os fatos mais importantes sobre as mensagens interceptadas.

Tornou-se imediatamente claro e evidente para mim que nenhuma prova sobre esse assunto havia sido colocada perante a Comissão. Subseqüentemente, soube que, após meu testemunho, a Comissão do Exército começou a investigação, a fim de co-

brir as fases em conexão com as interceptações das mensagens japonesas. Antes desta investigação, as testemunhas que depuseram não mencionaram as interceptações das mensagens japonesas quando testemunharam perante a Comissão.

Durante a investigação no Congresso, foi esclarecido que o setor responsável pela supressão de depoimentos a respeito das mensagens interceptadas pelas testemunhas do Exército foi o Gabinete do chefe do Estado-Maior, e que essa supressão foi ordenada pelo próprio General Marshall ou pelo seu *deputy*, General Narney.

O depoimento do General Miles assim estabeleceu a respeito do seu testemunho anterior perante a Comissão do Exército sobre Pearl Harbor:

“Evitei qualquer pronunciamento concernente a detalhes de informações e inteligência, dos quais tinha conhecimento por meio de fontes ultra-secretas (então conhecidas por *magic*) ou qualquer informação de que essas fontes existissem. A razão de haver limitado meu testemunho foi porque antes de minha apresentação à Comissão, o Brigadeiro-General Russel A. Osmun e o então Coronel Carter W. Clarke, da Segunda Sessão, transmitiram-me instruções do chefe do Estado-Maior para que não apresentasse à Comissão do Exército qualquer fato concernente à mencionada radiointeligência ou a existência desse modo de informação ou inteligência no período anterior a 7 de dezembro de 1941. Em decorrência, obedeci a suas instruções.”

Testemunhas prestam juramento para dizer a verdade, toda verdade e nada senão a verdade. A injunção exercida sobre o General Miles negou à Comissão informações sem as quais teria sido impossível chegar a uma justa e honesta alocação de responsabilidade sobre o desastre. Se tal fato pode-

* N.T.: – funcionário civil.

ria ser considerado como instrução para cometer perjúrio, deixo para os juristas.

Os arquivos da Casa Branca

Em novembro de 1945, durante as investigações do Congresso, o CMG Lavender disse ao capitão-tenente encarregado da sala dos arquivos secretos que ele (Lavender) estava efetuando buscas nos arquivos do Departamento da Marinha durante dois anos e que somente naquele momento descobrira aquele que estava examinando. Ele perguntou: “Existe algum outro arquivo relativo ao ataque a Pearl Harbor que nós não vimos?” O capitão-tenente respondeu: “Bem, existem os arquivos da Casa Branca.”

Explicou-me que os arquivos da Casa Branca continham mensagens transmitidas e recebidas no código da Marinha para o Presidente, principalmente mensagens para ou do Sr. Churchill.

Lavender prontamente me informou a respeito e acrescentou que poderia ter acesso aos arquivos com permissão do secretário da Marinha. Ele acabara de completar esta informação quando o Tenente John J. Phelan, um membro do meu *staff* legal, entrou e informou que enquanto se encontrava na sala do CMG John F. Walsh, encarregado da sessão de Controle da Segurança, da Divisão de Segurança da Inteligência Naval, um capitão-tenente entrou rapidamente e, excitado, exclamou: *There is hell to pay!* (estamos encrencados, na onça), Kimmel encontrou o arquivo da Casa Branca. Walsh rapidamente silenciou-o, apontou para Phelan e disse: “Aqui está um dos homens de Kimmel”.

Minhas solicitações ao secretário e ao Presidente* para examinar os arquivos foram desaprovadas. Nós nunca soubemos o que continham esses arquivos.

Testemunhando perante o comitê do Congresso, um representante do Departamento da Marinha disse que se encontravam apenas uns poucos papéis sem importância naquele arquivo. Se isso for verdade, a ansiedade do capitão-tenente ante a descoberta é difícil de entender-se.

É possível que documentos do arquivo da Casa Branca que teriam sido de vital importância para a investigação sobre Pearl Harbor fossem guardados em segurança numa caixa de documentos, e que papéis do Departamento da Marinha estivessem arquivados na Casa Branca, de julho de 1943 a abril de 1947.

O projeto do senador Thomas

Em 31 de março de 1945, li no *New York Herald* uma nota de cinco linhas que indicava haver sido um projeto de lei apresentado ao Senado, a fim de impedir a liberação de qualquer assunto codificado, exceto pela autorização do chefe de um departamento ou do Presidente. Escrevi neste dia para o Sr. Rugg, meu conselheiro chefe, e pedi que ele investigasse. Ele necessitou de vários dias para obter uma cópia do projeto de lei e notificar ao senador Ferguson** que sua aprovação fecharia a porta para qualquer investigação sobre Pearl Harbor.

Estava em Washington em 12 de abril quando recebi uma comunicação de Rugg, que se encontrava em Boston, que dizia haver o anteprojeto sido introduzido pelo chefe do comitê de Assuntos Militares do Senado, senador Elmer Thomas, de Utah, em 30 de março de 1945, relatado em 31 de março e passado pelo Senado em 5 de abril.

Quando o senador Ferguson retornou de uma viagem ao Caribe, encontrou a aprovação pelo Senado como um fato consumado. Fiquei desesperado porque se na Câ-

* N.T.: – Então o Sr. Harry Truman.

** N.T.: – Do Partido Republicano.

mara (House of Representatives) passasse o anteprojeto, todas as liberações sobre Pearl Harbor estariam terminadas.

Então entreguei todos os fatos sobre o anteprojeto ao *Washington Post*, junto com minha opinião sobre os efeitos que trariam essa lei. Também telefonei a vários membros da Câmara.

Na manhã seguinte, o *Post* e o *Times Herald* deram ao assunto tal publicidade que, ao ser o anteprojeto apresentado ao Comitê da Câmara, as discussões foram atrasadas o suficiente para que fosse feita uma investigação mais profunda. Quando a pressão administrativa aumentou, alguns meses mais tarde, o anteprojeto foi levado ao plenário para votação e derrotado por apenas um voto.

Tivesse o anteprojeto sido transformado em lei, esses meus registros e o recente livro do Almirante Theobald nunca teriam sido escritos. Não houvesse eu lido o obscuro parágrafo no *Herald Tribune*, a Câmara teria passado o anteprojeto do mesmo modo que o Senado.

Esse anteprojeto e a incomum rapidez com que ele passou pelo Senado são outras indicações da determinação do governo para coibir todo o conhecimento de Washington sobre Pearl Harbor.

Comunicações importantes

No tempo em que servi no Departamento da Marinha, havia um sistema de controle que determinava que o acesso a qualquer mensagem secreta ou comunicação importante só era autorizado mediante assinatura de recibo pelo interessado. Instituí tal sistema no meu estado-maior no Havaí. Os registros da Comissão Hewitt mostram que os recibos ainda se encontravam nos arquivos daquele estado-maior, em 1945. Tal sistema é essencial para assegurar a liberação das

comunicações e proteger o pessoal do setor responsável pela tramitação e liberação para os oficiais cujos serviços necessitam lidar com tais documentos. Todavia, as várias investigações não conseguiram encontrar recibos assinados por oficiais em serviço no Departamento da Marinha.

Muitas vezes, oficiais que haviam ocupado a responsabilidade de altos postos no Departamento da Marinha nos dias anteriores a Pearl Harbor, quando confrontados com uma mensagem secreta, respondiam que não tinham lembrança de tê-las visto. Um exemplo dentre muitos é aquele do Almirante Richmond Kelly Turner, que era encarregado dos planos de guerra da Marinha e responsável perante o comandante de Operações Navais pela preparação de ordens, tais como a assim chamada mensagem “de alerta de guerra” de 27 de novembro de 1941. O Almirante Turner testemunhou não lembrar de haver visto as mensagens japonesas sobre o posicionamento dos navios da esquadra no porto, mensagens que passaram a ser conhecidas como “*bomb plotmessage*”*. Outras testemunhas afirmaram que a mensagem foi discutida entre o pessoal de comunicações dos Departamentos da Guerra e da Marinha.

Eis uma mensagem que demandava uma ação positiva pelo chefe dos planos de guerra da Marinha, porém o Almirante Turner, em seu testemunho, afirmou que não sabia da mensagem e não tinha responsabilidade sobre ela. Acrescentou que era trabalho da inteligência da Marinha fornecer essas informações ao comando naval do Havaí.

A “*bomb plotmessage*” foi distribuída em 9 de outubro de 1941 para o Presidente; o secretário da Marinha; o Almirante Stark, comandante de Operações Navais; o Almirante Turner, diretor dos planos de guerra; e o diretor da Inteligência da Marinha.

* N.T.: – Conspiração bomba.

Três incidentes: um sumário

Houve três episódios que mostraram a existência e tornaram possível a publicação de mensagens japonesas interceptadas, que claramente revelavam as intenções nipônicas de atacar a esquadra em Pearl Harbor. Não houvesse ocorrido qualquer desses incidentes, as investigações de Pearl Harbor teriam sido conduzidas sem o benefício das informações contidas nesses despachos e estariam enterradas nas salas dos arquivos secretos em Washington.

O primeiro desses fatos foi a visita do CMG Laurance F. Safford ao meu escritório em Nova York, quando ele me revelou a existência da interceptação das mensagens japonesas e deu-me um sumário verbal dos seus conteúdos.

O segundo foi a circunstância, puramente fortuita, de que o Almirante King era o secretário da Marinha em exercício no dia do verão de 1944, quando minha solicitação para examinar os arquivos foi apresentada e ele prontamente autorizou essa inspeção.

A terceira foi a de que, por puro acaso, encontrei as cinco linhas escondidas numa página interna do *New York Herald Tribune*, em 31 de março de 1945, que noticiavam a introdução do anteprojeto no Senado para proibir a publicação de qualquer matéria que estivesse em código, exceto com a permissão do Presidente ou de um chefe de departamento. Como eu já disse, o anteprojeto passou no Senado, porém foi derrotado na Câmara, quando Charles B. Rugg, meu conselheiro (advogado) chefe, convenceu seus membros do verdadeiro propósito do documento. Houvesse ele sido aprovado, nenhuma das mensagens japonesas interceptadas tornar-se-ia pública.

Estou convencido de que a mão que guia e determina o destino de cada um e de todos entendeu que a responsabilidade por Pearl Harbor deveria ser colocada onde por direito ela pertence.

CMG Safford e Almirante Pye

Em fevereiro de 1944, o CMG Laurance F. Safford procurou-me no meu escritório em Nova York. Durante três horas de conversação, disse-me que no último outono ele julgava que cedo eu seria levado a julgamento em corte marcial e que ele seria chamado na qualidade de testemunha. Por essa razão procedeu à coleta de elementos que seriam de seu conhecimento como chefe da área de códigos e cifras das comunicações navais. Foi então que descobriu que as informações mais vitais contidas nas mensagens japonesas decifradas nunca tinham sido a mim remetidas.

Ao entender toda a extensão das informações vitais que me foram negadas, seu senso de justiça fez com que me procurasse. Então relatou-me verbalmente a essência das informações disponíveis no Departamento da Marinha, nas semanas que antecederam Pearl Harbor, e que nunca foram a mim transmitidas.

Mesmo sabedor do contido na Roberts Commission, publicado em janeiro de 1942, e os assentamentos de seu procedimento, uma cópia abreviada foi-me enviada em dezembro de 1943. O Departamento da Marinha possuía informações guardadas secretamente, que me foram negadas. Fiquei indignado com as revelações de Safford.

No início de dezembro de 1941, mesmo pensando que as informações retidas estavam sendo remetidas a mim, Safford tornou-se tão preocupado com a situação que seriamente pensou enviar-me um alerta pessoal, que teria prejudicado sua carreira.

O Vice-Almirante William S. Pye era o segundo em comando na Esquadra do Pacífico, quando eu era o comandante-em-chefe. Conhecia Pye desde os tempos da Academia Naval. Servimos juntos muitas vezes.

Quando falei a Pye sobre as informações disponíveis no Departamento da Ma-

rinha que haviam sido songadas à Esquadra do Pacífico, ele escutou atentamente, porém não fez qualquer comentário.

Quando Pye terminou seu testemunho perante a Corte Naval de Inquérito, veio ao meu escritório, onde lhe dei uma cópia da investigação Hart que continha o testemunho de Safford.

Pye possui um temperamento calmo, porém, quando leu, ficou nervoso e exclamou: “Está aqui, está aqui!” Eu disse: “O que você está querendo dizer?” Ele respondeu: “Porque aqui está o que você me disse em abril passado. Pensei que você estivesse maluco. Acreditei que essas coisas haviam influenciado você de tal modo que o tornaram biruta.”

Essas informações recebidas nos Departamentos da Guerra e da Marinha em Washington durante um período de meses e omitidas dos comandantes de nossas forças armadas no Havaí eram tão inacreditáveis a Pye que ele simplesmente não pôde acreditar. Ali estava um homem que eu conhecera durante toda minha vida de adulto e que concluiu que eu estava maluco quando lhe relatei sobre as evidências que havia descoberto. Que chance eu teria para convencer o público desse fato extraordinário, senão por evidências incontestáveis?

Por que a esquadra permaneceu indefinidamente no mar

Durante as diferentes investigações e, particularmente, durante aquelas no Congresso, houve muitos comentários sobre o porquê de eu não ter mantido a esquadra no mar por um período indefinido, depois de haver recebido o despacho de 27 de novembro. Esses comentários ignoravam o rígido limite imposto às operações da esquadra pelo número de navios petroleiros e as facilita-

des de abastecer os navios no porto. Estava fora de questão reabastecer todos os navios no mar, com apenas os quatro petroleiros disponíveis para esse propósito. Com as facilidades do porto em Pearl Harbor para reabastecer a esquadra, eram necessárias 96 horas. Para imobilizar a esquadra, ou uma parte considerável dela, por quatro ou mesmo dois dias era um risco que não poderia ser aceito. A esquadra não foi mantida no mar durante os prévios dias de tensão, e o Departamento de Marinha sabia que ela não estava no mar nessa ocasião. A Esquadra do Pacífico não tinha outro local para reabastecer exceto Pearl Harbor. Nossa Esquadra da Ásia possuía vários locais na Inglaterra* e nas Índias Orientais Holandesas.

Houvesse recebido informação que indicasse um ataque japonês à esquadra em um certo período de tempo, teria disposto a esquadra como descrito em outra sessão desta narrativa.

Uma estranha testemunha

O Almirante Turner afirmou, ao testemunhar perante o comitê do Congresso, que não foi ordenado à Esquadra do Pacífico permitir ao Japão cometer o primeiro ato de guerra. Em outra parte do seu testemunho ele estabeleceu:

“A decisão de quando e onde considerar que os japoneses haviam cometido um ataque ou se estavam prestes a cometê-lo era providência do comandante-em-chefe, e nós deveríamos evitar qualquer detalhe... e se eles houvessem posicionado uma força-tarefa a 500 milhas do Havaí, nessas circunstâncias, teriam assegurado um ato de guerra.”

As palavras usadas nas ordens não deixavam dúvidas de que fora requerido à Esquadra do Pacífico permitir ao Japão cometer o primeiro ato de guerra.

* N.T.: – Cingapura, Hong Kong.

O testemunho de Turner é a primeira e única sugestão indireta que tive de provavelmente ocorrer alguma coisa de que o contrário era o caso.

A declaração de que uma força-tarefa japonesa a 500 milhas do Havaí teria sido um ato de guerra estava completamente em contradição com a interpretação dada por mim e os oficiais competentes que me assessoravam sobre as ordens recebidas. Eu tinha ordens estritas para não atacar submarinos nas áreas de operação além do limite das três milhas. Em 28 de novembro de 1941, descumpri essas ordens ao determinar à esquadra para bombardear submarinos desconhecidos em todas as áreas de operação. Ao mesmo tempo, comuniquei ao comandante de Operações Navais esta decisão.

Se o Departamento da Marinha tencionava que a Esquadra do Pacífico atacasse qualquer força-tarefa japonesa a 500 milhas do Havaí, o que o impediu de informar tal desejo ao comandante da Esquadra?

Depoimentos tais como esse acima descrito expressaram pela primeira vez, após o trágico evento que atingiu Pearl Harbor, a confirmação da falha em não haver sido a Esquadra do Pacífico alertada para a crise planejada.

Dentro desse escopo, as instruções transmitidas em carta pelo Almirante Stark, datada de 23 de setembro, nunca foram alteradas. Essas instruções foram:

“Em resposta às questões (a), suas ordens para as escoltas são apropriadas na presente situação. Elas estão, ainda, de acordo com o artigo 723 do Regulamento da Marinha; nenhuma ordem deve ser dada, no momento, para atirar, além daquelas previstas nesse artigo. Acredito que exista pouca possibilidade de corsário alemão ou italiano atacar navios da Marinha, porém pode acontecer esse tipo de incidente no Pacífico, à semelhança do ocorrido no Atlântico, mas, nesse caso, o Presidente dará as ordens para ação no Pacífico similares às aquelas agora existentes para o Atlântico; porém isso é algo para o futuro.”

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História dos Estados Unidos; Segunda Guerra Mundial; História do Japão; Stimson; Creighton, John, Hart; Grenfell, Russell; Churchill, Winston; Stark; Safford, Laurence; Lavender, Robert; McNarney; Edward; Turner, Richmond; Rugg, Charles; Pye, William; Comissão Roberts, Thomas, Elmes; King;

TEATRO NO MUSEU

AMÉLIA E ATALIBA

- O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

No ano de 1944, uma festa é desmarcada por causa da partida inesperada de navios da Marinha para proteção a um comboio de navios mercantes. Diante do imprevisto, as famílias dos oficiais se reúnem – com o público – para um bae-papo informal. Amélia, esposa do Tenente Ataliba, embarcado no Contratorpedeiro *Bauru*, então, comenta sobre sua vida, suas esperanças e medos.

Enquanto conta sua história, fala sobre as mudanças ocorridas no Brasil por causa da guerra, os motivos que levaram à participação do Brasil e episódios dos navios brasileiros afundados pelos alemães. Permeado com referências de época, o espetáculo mostra hábitos e costumes de um tempo em que se tomava chá ou ponche em vez daquele “refrigerante preto” (Coca-Cola), as luvas e chapéus eram obrigatórios, e se escutavam a Rádio Nacional e Cole Porter. Preocupada com o trabalho do marido, Amélia relembra as explicações que ele lhe dava sobre como eram feitos os comboios, a compra dos modernos contratorpedeiros, os cuidados em tempo de guerra, a ação conjunta das Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos e o legado proporcionado por essa parceria.



A peça, com texto e direção de Dulce Bressane, figurinos de Lícia Lacerda e produção de Sulamita Carvalho, está em cartaz no Museu Naval, com a atriz Aline Sampin.

Agendamento para grupos: 2104-5506 Ramal 208 (Aline) ou 2104-6721 (Comandante Menegassi).